

RESENHA*

Patrick Le Roux, *L'Empire Romain*. Paris, Presses Universitaires de France, 2006 (réimpression de la 1er édition de 2005), ISBN 213054827X.

Patrick Lê Roux, professor da Universidade de Paris 13, é bem conhecido como estudioso do Principado romano, atento, ademais, às discussões epistemológicas recentes do estudo do mundo antigo. Neste volume, trata, de forma ampla, dessas questões, com destaque para a importância das evidências materiais ou arqueológicas para o estudo do mundo romano. De início, define a reorganização da república e do império por Augusto, fundada em um novo conceito racional de exercício do poder universal e da ordem do mundo. Ressalta que Roma não era um estado nacional e o império não possuía fronteira fixa. *Limes* nunca foi uma fronteira, a despeito da origem etimológica do termo moderno limite. Uma nova racionalidade impôs-se com Augusto, com o controle administrativo que tudo verificava, pesava, equilibrava. O controle da produção de azeite, testemunhado pelas ânforas e estudado pela Arqueologia, atesta-o à exaustão.

Augusto concentrou dois poderes que definiriam o principado: o *imperium* e o poder tribunicio. Contudo, não era um regime tirânico ou uma monarquia

* Resenhado por Pedro Paulo A. Funari professor Titular de História Antiga (DH/IFCH/Unicamp) e Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE/Unicamp).

Pedro Paulo A. Funari

absolutista. Pouco a pouco, surge a *aula*, traduzido, de forma aproximativa, por “corte”. De fato, era o local no interior da *domus Augusta* ou *diuina* que congregava um conjunto variado de pessoas. O regime não dependia, em geral, de uma vontade arbitrária e o César era encarado como governante interessado em fazer o bem, praticar a virtude, respeitar as regras morais, como um pai, em relação aos seus filhos. O culto imperial servia para conservar a ordem religiosa do cosmo.

A prefeitura da anona (*praefectura annonae*) era órgão central da administração, encarregada do abastecimento de trigo, mas também azeite e vinho. Mesmo assim, a burocracia imperial era pouco numerosa. Le Roux lembra que não havia, na terminologia antiga, divisão entre províncias imperiais e senatoriais, como se costuma usar modernamente. Variava a maneira de escolha e as exigências para os governadores. As províncias devem ter sido divididas já por Augusto em unidades: *conuentus*, no ocidente latino, e dioceses, no oriente grego, *concilium* e *koinon*. A polis continuou e floresceu a Oriente e império era um aglomerado de povos heterogêneos. A mortalidade infantil era enorme e os que chegavam aos 30 anos tinham ainda uma perspectiva de mais 25 anos de vida. A mobilidade social permitia que descendentes de escravos e libertos chegassem às ordens superiores. A Arqueologia é capital para entender o império, como fica muito evidente no que se refere ao abastecimento e à economia e aos temas militares, entre outros.

As cidades eram o cerne da vida pública, com suas instituições vivíssimas: *demos*, *arché*, *ordo*, *boulé*. O culto aos deuses cimentava a vida das comunidades, assim como o *amor patriae* e *philopatris* das elites locais. Como propugna

Resenha: L'Empire Romain

Greg Woolf, uma nova civilização material impôs-se: a cerâmica, as ânforas, as termas, as casas, os esgotos, tudo mostra como a Arqueologia é essencial para o estudo desse mundo romano. Ao final do volume, Le Roux recorda que o estudo do mundo romano não pode ser desvinculado das tendências globais da historiografia. Importante contribuição, este volume insere-se na preocupação da disciplina com as questões epistemológicas da nossa época: variedade de fontes, crítica da historiografia, diversidade e heterogeneidade, inserção nas discussões historiográficas internacionais, alguns dos aspectos ressaltados por Le Roux e que servem de inspiração a todos que estão atentos aos temas atuais da História Antiga.